

Boletim destinado à divulgação das aquisições incorporadas ao acervo da Biblioteca do Ministério da Saúde.

ALERTA

MAIO/2007 v. 13, n. 05

ISSN 0104-9755

IMPRESSO

RESUMOS

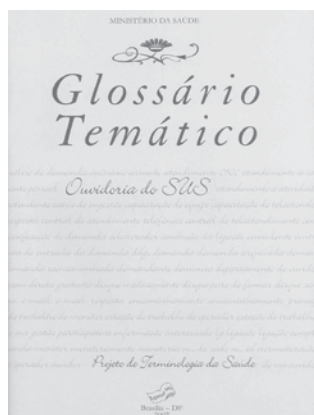
Mortalidade por Acidentes de Transporte Terrestre no Brasil

Os acidentes de trânsito têm contribuído para a diminuição da qualidade e da expectativa de vida de adolescentes e jovens brasileiros, além do alto impacto que causam nos custos com cuidados em saúde, com previdência, com absenteísmo ao trabalho e à escola. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estimou em 24,6 bilhões de reais os custos gerados por esses acidentes em 2006. Esta publicação, importante ferramenta de gestão, traduz o compromisso do Ministério da Saúde de produzir e disseminar análises situacionais de saúde, aqui apresentadas de forma descritiva, mostrando a mortalidade proporcional por sexo, região e meios de transporte; análise do padrão espacial da taxa de mortalidade por acidente de trânsito; os municípios com maiores riscos de morte no Brasil e uma análise temporal das tendências dessas taxas de mortalidade, segundo o sexo, a faixa etária, a raça/cor, os meios de transporte, a região, o porte dos municípios e as suas condições socioeconômicas representadas por indicadores de renda e analfabetismo.



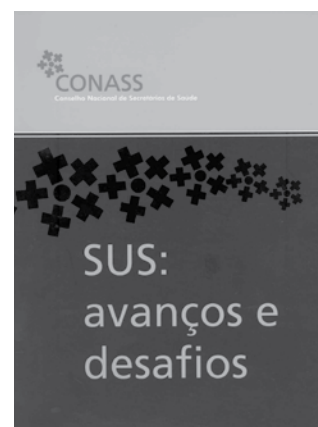
Glossário Temático: Ouvidoria do SUS

A série Glossário Temático tem a finalidade de normalizar, representar e divulgar a terminologia gerada pelas diversas áreas técnicas do Ministério da Saúde, possibilitando, com isso, a formação de um vocabulário institucional próprio, preciso e consensual que permita aos gestores, profissionais de saúde e usuários uma comunicação que favoreça o desempenho das ações do Sistema Único de Saúde (SUS). Os termos, as definições e as siglas relacionadas nesta publicação foram extraídos de cartilhas técnicas, manuais, relatórios, periódicos, aplicativos e legislações utilizados pela área de Ouvidoria do SUS, canal de articulação entre o cidadão, que exerce o seu papel no controle social, e a gestão pública de saúde, que tem como objetivo buscar sempre a melhoria da qualidade no atendimento e a otimização dos serviços prestados pelo SUS, em todas as suas áreas de atuação.



SUS: avanços e desafios

A trajetória histórica do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) confunde-se com a do próprio sistema de saúde brasileiro e talvez, por isso, seus caminhos sejam sempre interligados. O Sistema Único de Saúde (SUS) tem sido capaz de estruturar e consolidar um sistema público de saúde de enorme relevância, com resultados inquestionáveis para os usuários. Contudo, existem problemas que precisam ser enfrentados para que o SUS ofereça serviços de qualidade. Esses problemas podem ser agrupados em torno de grandes desafios a superar, como o desafio da universalização, do financiamento, do modelo institucional, do modelo de atenção à saúde, da gestão do trabalho e da participação social. Em 2003, o Conass lançou o Programa de Informação e Apoio Técnico às Equipes Gestoras Estaduais do SUS, o Progestores, e agora publica este livro, em que apresenta propostas para o enfrentamento desses desafios, como parte do Programa que se transformou em eixo permanente de cooperação técnica da entidade com as Secretarias Estaduais de Saúde.



MONOGRAFIAS

AIDS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Manual de rotinas para assistência de adolescentes vivendo com HIV/Aids**. Brasília, 2006. 176 p., il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Série Manuais; n.6). ISBN 85-334-1290-8.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. **Alimentação e nutrição para pessoas que vivem com HIV e Aids**. Brasília, 2006. 60 p., il. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). ISBN 85-334-1152-9.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Plano integrado de enfrentamento da feminização da epidemia de aids e outras DST**. Brasília, 2007. 29 p., il.

DHALIA, Carmen de Barros Correia (Org.). **Teste rápido – por que não?** estudos que contribuíram para a política de ampliação da testagem para o HIV no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde. 132 p.

DENGUE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de **Controle da dengue: amparo legal à execução das ações de campo – imóveis fechados, abandonados ou com acesso não permitido**

pelo morador. Brasília, 2006. 252 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). ISBN 85-334-1314-9.

DOENÇA CRÔNICA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigitel Brasil 2006: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2006**. Brasília, 2006. 90 p.

DST

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Curso básico de vigilância epidemiológica em sífilis congênita, sífilis em gestante, infecção pelo HIV em gestantes e crianças expostas**. Brasília, 2006. 216 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). ISBN 85-334-1264-9.

GESTÃO DE QUALIDADE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. **Café com idéias: as idéias do café**. Brasília, 2006. 156 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). ISBN 85-334-1322-X. [2.v?].

GESTÃO EM SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Fiocruz Brasília: 15 meses de construção coletiva: relatório de gestão: janeiro 2006 a março 2007**.

MEDICAMENTOS ESSENCIAIS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Relação Nacional de medicamentos essenciais: Rename**. 4. ed. rev. Brasília, 2007. 286 p., il. (Série B. Textos Básicos de Saúde). ISBN 978-85-334-1209-5.

MORTALIDADE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. **Mortalidade por acidentes de transporte no Brasil**. Brasília, 2007. 80 p., il. (Série G. Estatística em Saúde). ISBN 978-85-334-1269-9.

SUS

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **SUS: avanços e desafios**. Brasília, 2006. 164 p. ISBN 85-89545-07-5.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caminhos do direito à saúde no Brasil**. Brasília, 2007. 24 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

TERMINOLOGIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Glossário Temático: Ouvidoria do SUS**. Brasília, 2007. 48 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). ISBN 978-85-334-1317-7.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigilância em saúde no SUS: fortalecendo a capacidade de resposta aos velhos e novos desafios**. Brasília, 2006. 228 p., il. (Série B. Textos Básicos de Saúde). ISBN 85-334-1306-8.

PERIÓDICOS

CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 23, n. 4, abr. 2007.

JORNAL DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. Brasília: Conass, n. 27, abr. 2007-05-03

REVISTA DE MANGUINHOS. Rio de Janeiro: Fiocruz, n. 11, abr. 2007.

REVISTA RET-SUS: Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 2, n. 27, abr. 2007.

REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA. São Paulo: USP, v. 41, n. 2, abr. 2007.

DATAS COMEMORATIVAS NO ÂMBITO DA SAÚDE

Ansiedade, pesadelos, fantasias catastróficas, sentimentos de alienação e isolamento, além de problemas sexuais, é o quadro psicológico apresentado pelas vítimas de violência sexual. Como impacto à saúde física, estas mesmas vítimas apresentam fadiga, cefaléias, distúrbios do sono e dos padrões alimentares, além dos riscos de contágio de doenças sexualmente transmissíveis, tais como HIV/aids, e de uma gravidez.

A proteção de crianças e adolescentes para qualquer tipo de violência é uma das responsabilidades básicas do Estado, que tem como dever legal e moral fazer uso de todos os artifícios disponíveis para erradicar os danos às crianças e aos adolescentes vítimas dessa realidade na qual crescem e se desenvolvem (SHNIT, 2002 apud BRASIL, 2006).

A Constituição Brasileira, no seu artigo 227, afirma que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à

saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão (BRASIL, 1988 apud BRASIL, 2006).

Que inúmeros são os fatores que desencadeiam, facilitam e perpetuam a violência contra crianças e adolescentes. Há, no entanto, um fator comum a todas as situações: o abuso do poder do mais forte – o adulto – contra o mais fraco – a criança e o adolescente.

A violência praticada pelos próprios pais ou responsáveis é extremamente comum, porque (...) [eles] não vêem a criança e o adolescente como sujeitos e sim como objetos de dominação, confundindo o seu papel socializador junto à infância e à adolescência com autoritarismo (AZEVEDO; GUERRA, 1989 apud BRASIL, 2006).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei n.º 8.069/90, é um dos instrumentos criados

pela sociedade brasileira para proteger crianças e adolescentes da violência dos maus-tratos infanto-juvenis, que podem ocorrer nos ambientes intra ou extrafamiliares. O Estatuto representa um avanço em relação ao Código de Menores, que só admitia a intervenção do Estado quando a criança ou o adolescente estivesse em situação tida como irregular.

O Primeiro Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, elaborado pela Organização Mundial da Saúde, em 2002, aponta que, na maioria dos países, meninas apresentam maior risco do que os meninos para o infanticídio, o abuso sexual, as negligências físicas e nutricionais, assim como para a prostituição forçada. Os meninos apresentam maior risco de sofrer castigos físicos mais graves.

Repensar o papel dos profissionais e dos gestores das diversas áreas envolvidas na prevenção e no tratamento dos danos causados pela violência pode promover um atendimento integrado e de qualidade aos usuários dos serviços. O Sistema Único de Saúde (SUS) tem necessidade de avançar no que se refere à premissa da proteção dos direitos humanos e da cidadania de pessoas que sofreram ou sofrem de violências. O enfoque de questões complexas, como a violência doméstica e a violência sexual, apontam também para a necessidade de ampliar a percepção dos profissionais para uma mudança histórica de pensamento, paradigmas, além da criação de condições objetivas para a incorporação dessa nova forma de agir, no sentido de garantir escuta e atenção qualificadas para todas as pessoas em situação de violência.

7 de maio: Dia do Oftalmologista.

8 de maio: Dia Internacional da Cruz Vermelha.

12 de maio: Dia da Enfermagem.

15 de maio: Dia do Assistente Social.

18 de maio: Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

26 de maio: Dia Nacional de Combate ao Glaucoma.

31 de maio: Dia Mundial sem Tabaco.

Texto adaptado da publicação "Atenção integral para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual: matriz pedagógica para formação de redes". [Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.] Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

O Alerta é uma publicação mensal da Biblioteca do Ministério da Saúde – Ministério da Saúde/Secretaria-Executiva/Subsecretaria de Assuntos Administrativos/Coordenação-Geral de Documentação e Informação/Coordenação de Biblioteca – Esplanada dos Ministérios, Bloco G, CEP: 70058-900 – Brasília/DF – Tels. (61) 3315-2410/2344 e 3315-2280 – Fax: (61) 3315-2563 – Tiragem: 1.150 exemplares – Produzido pela Editora MS/Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SAA/SE. OS 0571/2007.

Jornalista responsável: Paulo Henrique de Castro (4136/13/99/DF) – As publicações divulgadas estão disponíveis na Biblioteca do MS apenas para consulta. Empréstimos, restritos a Brasília, somente para servidores do órgão ou por intercâmbio entre bibliotecas.

Endereços eletrônicos: Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde: <http://www.saude.gov.br/bvs> – Fale conosco: e-mail: biblioteca@saude.gov.br – Produtos da Biblioteca: e-mail: produtosbib@saude.gov.br – Acesse também o Portal da Saúde: <<http://www.saude.gov.br>>.

ISSN 0104-9755



9 9770104975009

Ministério da Saúde

